

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS EM TESES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (2014-2020)

LITERATURE REVIEW ON AFFIRMATIVE ACTION IN THESES IN THE FIELD OF EDUCATION (2014-2020)
REVISIÓN DE LITERATURA SOBRE ACCIÓN AFIRMATIVA EN EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN
(2014-2020)

Larissa Cavalcanti de Albuquerque¹
Edineide Jezine Mesquita de Araújo²

Resumo: As cotas iniciaram no Brasil em contextos locais, sendo o pioneiro o estado do Rio de Janeiro, somente em 2012, com a Lei 12.711 que todas as universidades passaram a adotar a política de reserva de vagas para os cursos de graduação. O artigo possui o objetivo geral de realizar a revisão literária em teses entre os anos 2014-2020 a partir do banco de teses da CAPES. Os objetivos específicos são: identificar teses defendidas na área da educação sobre as ações afirmativas; realizar levantamento do percurso metodológico e refletir sobre as temáticas que aparecem a partir do conceito ações afirmativas. A relevância desse tipo de estudo encontra-se em fornecer um panorama das pesquisas que já foram realizadas e as lacunas que poderão tornar-se problemas de pesquisa futuros, o que contribui para o processo de construção do conhecimento e auxilia pesquisadores na definição de objetivos para novas pesquisas. Como resultados apontamos o crescimento na literatura sobre cotas, principalmente na região Sudeste.

Palavras-chave: Cotas; Ações afirmativas; Revisão literária.

Abstract: Affirmative actions began in Brazil in local contexts, the state of Rio de Janeiro being the pioneer, only in 2012, with Law 12,711, that all universities began to adopt the policy of reserving vacancies for undergraduate courses. The article has the general objective of carrying out a literary review of theses between the years 2014-2020 from the CAPES theses bank. The specific objectives are: to identify theses defended in the field of education on affirmative action; carry out a survey of the methodological path and reflect on the themes that appear from the concept of affirmative actions. The relevance of this type of study lies in providing an overview of the research that has already been carried out and the gaps that may become future research problems, which contributes to the knowledge construction process and helps researchers in defining objectives for new research. As a result, we point out the growth in the literature on quotas, mainly in the Southeast region.

Keywords: Quotas; Affirmative actions; Literary Review

Resumen: Las acciones afirmativas comenzaron en Brasil en contextos locales, siendo el estado de Río de Janeiro el pionero, recién en 2012, con la Ley 12.711, todas las universidades pasaron a adoptar la política de reserva de vacantes para cursos de graduación. El artículo tiene como objetivo general realizar una revisión literaria de las tesis entre los años 2014-2020 del banco de tesis de la CAPES. Los objetivos específicos son: identificar las tesis defendidas en el campo de la educación sobre acción afirmativa; realizar un relevamiento del recorrido metodológico y reflexionar sobre los temas que surgen del concepto de acciones afirmativas. La relevancia de este tipo de estudio radica en brindar un panorama de la investigación ya realizada y los vacíos que pueden convertirse en problemas de investigación futura, lo que contribuye al proceso de construcción del

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba e Assistente social da rede municipal de educação de João Pessoa, Paraíba, Brasil. laalbuquerque13@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8439-3195>

² Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil edjezini@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-0180-0347>

conocimiento y ayuda a los investigadores a definir objetivos para nuevas investigaciones. Como resultado, se destaca el crecimiento de la literatura sobre cuotas, principalmente en la región Sudeste.

Palabras clave: Cuotas; Acciones afirmativas; Reseña Literaria.

INTRODUÇÃO

O artigo possui com objetivo de realizar³ a revisão literária em teses entre os anos 2014-2020 a partir do banco de teses da CAPES. Os objetivos específicos são: identificar teses defendidas na área da educação sobre as ações afirmativas; realizar levantamento do percurso metodológico e refletir sobre as temáticas que aparecem a partir do conceito ações afirmativas. A delimitação da dos anos, justifica-se na construção desse artigo que se deu em meados de 2021, assim, observamos que ainda não se tinha nenhuma tese do ano supracitado no catálogo.

A relevância da temática diz respeito à discussão sobre o acesso de grupos sub-representados na educação superior pública, como também apontamos a revisão da Lei nº 12.711 de 2012, que em 2022 completa 10 anos e como previsto em lei, terá um revisão sobre sua amplitude, tendo em vista sua renovação ou não.

O estudo em tela está dividido para melhor sistematização e entendimento em notas introdutórias sobre as ações afirmativas, em seguidas os caminhos metodológicos e os achados da pesquisa, resultados, considerações finais e referências.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS

A política de ações afirmativas na educação superior pública surge, por meio de experiências locais, sendo o estado do Rio de Janeiro o pioneiro nesta política em 2002, através da universidade estadual. Esse processo de reivindicação e atuação do movimento negro possibilitou, em 2012, que as ações afirmativas fossem instituídas em todo o território nacional, fruto dos embates da sociedade que clamava por melhorias nas condições de vida das pessoas negras.

As cotas surgem no contexto de discussão de expansão do acesso à educação superior pública. Esse processo foi decorrente de reflexões e críticas sobre se os processos seletivos para ingresso nas instituições, operavam-se como instrumento de reprodução de hierarquias sociais. Já que os capitais cultural e econômico possuíam papel significativo na aprovação dos candidatos, logo os resultados legitimavam a formação de elites de classe e cor, nos termos de Feres Júnior e Daflon (2015).

Conforme Rosa e Fonseca (2016), tramitaram pelo Congresso Nacional, até o final da década de 1990, mais de 25 projetos de lei visando instituir ações afirmativas nas instituições de educação superior brasileiras, sendo que um desses projetos, PL 73/1999, após anos de tramitação e alterações, foi aprovado na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que demonstra o cenário de disputas e jogos de forças.

³ O artigo é fruto do trabalho de tese de uma das autoras sob a orientação da coautora desse artigo.

As ações afirmativas trazem uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. No caso da educação superior, as políticas afirmativas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada a cursos superiores, de saberes produzidos não somente pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, principalmente, pela juventude negra (GOMES, 2011).

Os movimentos sociais reivindicaram medidas preventivas e compensatórias que enfrentassem práticas discriminatórias e racistas. Assim, ação afirmativa não possui a meta de racializar a sociedade ou as instituições, mas exatamente iniciar o processo de desracialização das elites. É verdade que, em uma sociedade que não tem refletido sobre a igualdade de oportunidades e, muito menos, com a igualdade de resultados entre seus distintos grupos étnico-raciais, tais medidas causam reações, em especial a elite dominante, controladora do poder desde os tempos imemoriais, que seguramente perderá parte de seus privilégios. Todavia, certamente, a sociedade como um todo ganha com uma elite que represente proporcionalmente a diversidade étnico-racial do país (SILVÉRIO, 2011).

A ação dos movimentos sociais e setores progressistas da sociedade expuseram a desigualdade no ingresso à universidade pública, demandando políticas de acesso para a classe menos favorecida, a fim de que esta fosse um instrumento de mobilidade social, um bem que todos possuem o direito de almejar (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2015).

Percebe-se que a política proposta nas intenções de movimentos sociais e autoridades locais emergiram a política de

fato que deu forma ao texto legislativo da Lei nº 12.711, de 2012, legitimando assim a problemática por processos inclusivos na educação superior. O que antes estava instituído em portarias ou em leis estaduais, passou a ser garantido em todas as universidades brasileiras e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, sendo que sua implementação diz respeito à política em uso (BALL, 1992).

Dessa forma, a partir da aprovação da Lei nº 12.711, de 2012, vê-se o crescimento de estudos a respeito da implementação das ações afirmativas, seus impactos e resultados, como será visto mais adiante na revisão literária. Em contrapartida, temos o decréscimo da literatura sobre legalidade da lei e sua constitucionalidade, uma vez que a lei foi outorgada. Isto não quer dizer que as discussões acerca da necessidade de cotas já tenham cessado, mas que as pesquisas científicas têm se voltado em sua maioria para os impactos das ações afirmativas nas instituições públicas de nível superior. Haja vista que, garantidas por Lei, as ações afirmativas precisam ser monitoradas para que se tenha estudos sobre o acesso, permanência e êxito dos grupos sub-representados na educação superior. Observa-se que o cenário político de aprovação da Lei diz respeito à gestão da presidenta, Dilma Rousseff.

Cabe ressaltar que a própria Lei no artigo sétimo prevê a revisão em dez anos após a promulgação do programa especial de acesso a pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e dos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No caso, 2022, mesmo ano em que irão ocorrer as eleições para deputados, governadores, senadores e presidente.

É de fundamental importância à articulação no interior e no exterior das instituições, com articulação dos movimentos negro, indígena, estudantil, fundamentados em pesquisas científicas e de dados que expressem as desigualdades educacionais e que revelem as contribuições das ações afirmativas nesses dez anos da Lei nº 12.711, de 2012.

Os governos de esquerda (de 2003 a início de 2016) possibilitaram o avanço de uma estrutura ministerial de órgãos responsáveis pelo enfrentamento ao racismo, tais como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e, posteriormente, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH).

Em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, assumiu o governo o vice-presidente Michel Temer. Com a agenda regressiva, colocou em prática o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, concluindo a reforma trabalhista e deixando em fase de conclusão a reforma previdenciária.

Em 2018 chega ao poder o presidente Jair Bolsonaro, governo de extrema direita de cunho neoconservador. Tal governo instaurou, junto com os seus seguidores espalhados nas instituições e regiões do país, um clima de ataque a tudo o que pode ser considerado democrático e emancipatório (GOMES, 2020). Observa-se que na então gestão Bolsonaro, há uma troca de lideranças negras em instituições como a Fundação Palmares, a exemplo do diretor Sérgio Camargo, que afirma em frases em redes sociais que é contra cotas raciais, dia da consciência negra⁴. Concorde-se com

Almeida (2020), quando se afirma que é preciso conhecer o racismo histórico, estrutural, institucional e adotar uma postura antirracista.

Nesse sentido, aponta-se a relevância desse estudo para futuras pesquisas sobre ações afirmativas, como também para subsidiar políticas públicas sobre cotas e acesso a educação superior, no próximo tópico, volta-se para os caminhos metodológicos da pesquisa, seus achados e resultados.

CAMINHOS METODOLÓGICOS E OS ACHADOS DA PESQUISA

A revisão de literatura conforme Yin (2016) possui o objetivo de revisar e relatar em pormenores, estudos anteriores, diretamente dirigidos a seu provável tema de estudo, método e fonte de dados, para que se possa notar as problemáticas que já foram trabalhadas e aquelas que aparecem como lacunas a serem pesquisadas.

Dessa forma, a análise se dará a partir dos seguintes indicadores: da abordagem metodológica, categorias de análise, instituições que produzem sobre o tema, linhas de pesquisa. Sendo assim, a partir deste momento, o foco de análise sobre a temática será nas 45 produções encontradas com base no catálogo da CAPES, entre os anos 2014 e 2020, da área da Educação.

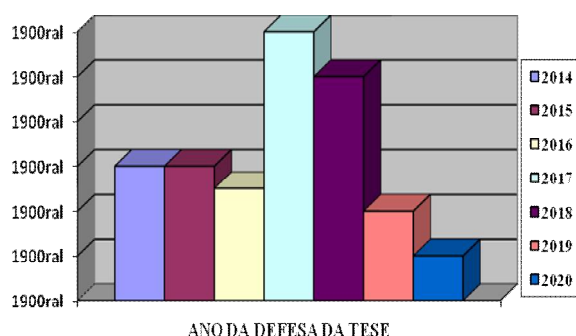
A fim de conceder uma melhor visibilidade às teses, foi formulado um quadro síntese com o título da tese, nome do autor ou autora, instituição e ano e linha de pesquisa; a apresentação se dará seguindo uma ordem cronológica das

⁴Reportagem no site Uol: [https://entretimento.uol.com.br/noticias/realizacao/2019/11/27/novo-presidente-da-](https://entretimento.uol.com.br/noticias/realizacao/2019/11/27/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-racismo-e-ataca-negros-famosos.htm)

[fundacao-palmares-nega-racismo-e-ataca-negros-famosos.htm](https://entretimento.uol.com.br/noticias/realizacao/2019/11/27/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-racismo-e-ataca-negros-famosos.htm).

defesas, o quadro encontra-se no final desse tópico. A divisão de defesa de teses por ano resultou em: 6 em 2014; 6 em 2015; 5 em 2016; 12 em 2017; 10 em 2018; 04 em 2019 e 02 em 2020.

Ilustração 1 - Distribuição por ano de defesa 2014-2020

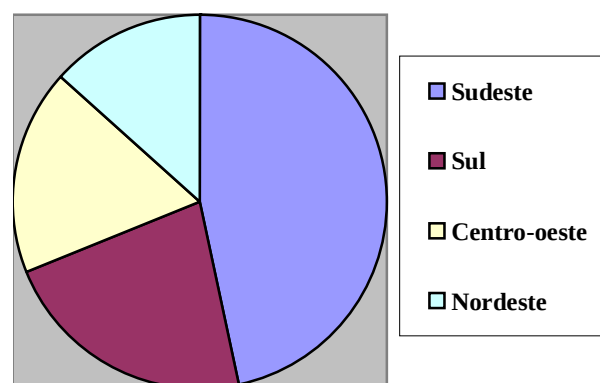


Fonte: Elaborado pelas autoras

Pode-se inferir que houve um crescimento na área da educação com o passar dos anos a respeito da produção de teses sobre as políticas de ações afirmativas, no tocante ao impacto dessa política na democratização do ensino superior, no acesso a cursos de elevado prestígio social, a permanência dos estudantes cotistas e a sua inserção no mundo do trabalho.

No que concerne à divisão por regiões, a região que mais apresenta pesquisas sobre a temática é a região Sudeste com 21 pesquisas; seguida da região Sul, com 10 estudos; a Centro-Oeste, com 8 teses; a Nordeste com 6. A região Norte não apresentou nenhum tipo de trabalho quando se faz a pesquisa a partir dos descritores: cotas e ações afirmativas.

Ilustração 2 - Divisão por regiões das teses sobre as ações afirmativas 2014-2020



Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se que em sua maioria as pesquisas sobre as ações afirmativas estão nas regiões Sudeste e Sul. Como hipótese dessa concentração de estudos, observa-se mais adiante, no capítulo 4, que as primeiras universidades e cursos de pós-graduação foram nessas regiões, que desde o nascimento da pós-graduação no Brasil, até o momento, possui maior quantitativo de pesquisadores. Considerando as desigualdades educacionais das regiões do Brasil, mesmo que metas do Plano Nacional de Educação tenham sido cumpridas, precisa também considerar as diferenças entre as regiões.

No tocante à abordagem teórico-metodológica que guia as pesquisas, 43 teses apontam para a dialética e apenas 3 enveredam pela abordagem da fenomenologia. Em sua maioria os estudos enfocam a pesquisa qualitativa amparada em Trivinos (1989). Os autores Gil (2009) e Brandão (2006) também aparecem nas pesquisas ditas *quanti* e *quali* como também nas somente quantitativas.

A respeito dos procedimentos de coleta de dados que são mais comumente usados, destacam-se: o estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e questionários. Em menor quantidade, a

etnografia e a narrativa autobiográfica. Bodgan e Biklen (2010), Ludke e André (1986) e André (1995) são obras que permeiam tais percursos. Para analisar os dados, são mais comuns o ciclo de políticas de Ball (2001), a análise de conteúdo de Bardin e as ideias pós-coloniais das epistemologias do Sul, de Boaventura de Sousa Santos (2009).

De forma descritiva, passa-se a apresentar cada tese, no tocante aos seguintes pontos: problema de tese, argumentos (hipóteses), contribuições e resultados. Segue-se a ordem cronológica apresentada no quadro síntese que consta no anexo desta tese.

Na tese “Raça e classe nos programas de cotas e ou reserva de vagas para o ingresso no ensino superior público brasileiro”, defendida em 2014, o autor revisa a produção antropológica, histórica e sociológica sobre raça e classe. Realiza levantamento sobre a reserva de vagas entre 2001 e 2011 nos programas das universidades públicas federais e estaduais sobremaneira, a implantação da política pública de inclusão étnica e racial no acesso aos cursos de graduação. Ressalta-se que a tese em seu conteúdo completo não está disponibilizada no banco da CAPES, apenas contém resumo, impossibilitando, assim, a apresentação de outros pontos.

O estudo “Por trás dos muros da universidade: representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre estudantes cotistas da UFES”, defendido 2014, traz como problema: Quais são as representações sociais produzidas e/ou reproduzidas entre estudantes da UFES sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) instituído e sobre os estudantes cotistas? Como argumentos para o estudo, a autora

afirma que as cotas são um fenômeno relativamente recente na educação do Brasil e gradativamente crescente nas universidades brasileiras deste início de século; que a adoção de cotas nas universidades proporciona mudanças sociais abrangentes tanto para os sujeitos quanto para suas famílias e se caracteriza como um fator de melhoria nas condições de ascensão social. Como resultados, aponta-se que sobre as representações sobre o sistema de reserva de vagas da UFES dos estudantes se ressalvam aquelas que demonstram a inconformidade com o que consideram falhas no sistema de reserva de vagas. No que diz respeito aos estudantes ingressos por cotas as questões envolvem a formulação e reformulação das representações que variam de grupo para grupo, dependendo do curso, do nível de conhecimento da história política do país.

O trabalho “Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012”, defendido em 2014, sustenta a tese que o padrão das relações raciais brasileiras é produtor de assimetrias entre grupos com marcas raciais distintas, no caso de negros e brancos. Como argumentos, aponta-se que a adoção de políticas de combate às desigualdades raciais no ensino superior caberia também a utilização de medidas etnicamente referenciadas. Como resultados, aponta-se que as cotas promovem mudanças na universidade, principalmente em cursos mais elitizados, trazendo uma dimensão pedagógica de ampliar a diversidade social na academia.

A tese “Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de

acesso às perspectivas de futuro”, defendida em 2014, buscou problematizar o alcance das possibilidades de efetivação de políticas afirmativas ao acesso à formação universitária pública nos cursos mais competitivos de jovens. Os resultados apontam que, para obterem acesso à universidade, os jovens construíram novas redes sociais, fizeram pequenos investimentos escolares por parte das famílias, apreenderam o sentido prático do vestibular e aumentaram o capital escolar e informacional por meio de cursinhos.

O estudo “Desigualdades, direitos humanos e ações afirmativas: história e revelações do programa UFG INCLUI GOIÂNIA”, defendido em 2014, o ponto de partida foi investigar a história da criação do Programa UFG Inclui como política de ações afirmativas da Universidade Federal de Goiás, aprovada em 2008 e implantada em 2009. A autora chega a dados importantes para análise da política afirmativa na universidade estudada. Os dados demonstrativos dos quatro anos do Programa (oito processos de ingresso) revelaram que: 6% dos incluídos se diplomaram; 72% estão em curso; e 22% evadiram ou foram excluídos. Conclui que a essência das políticas afirmativas está alicerçada na garantia e efetividade dos direitos humanos numa perspectiva de construção de uma cidadania plena.

A tese “Educação e sociedade: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas”, defendida em 2014, teve como questão investigativa de pesquisa identificar como e em que medida as relações estabelecidas entre universitários, universidades e apropriação do conhecimento acadêmico e científico são estratégias que visam à obtenção de bens culturais, simbólicos e

instrumentais. Ressalta-se que o texto completo da tese não foi encontrado, inviabilizando apresentar os argumentos e conclusões, o problema de pesquisa foi encontrado no resumo do trabalho.

Passa-se agora a apresentar as teses defendidas no ano de 2015. O estudo “Política de educação superior e ações afirmativas: o projeto NEGRAEVA no estado de Mato Grosso do Sul (2002-2004)”, a questão central se definiu: Como e de que forma a participação em um projeto de ação afirmativa contribuiu para o acesso e permanência de jovens negros na educação superior, em Mato Grosso do Sul? Como argumentos, foi visto que a participação de jovens negros no Projeto Negraeva possibilitou a sua inserção no mercado de trabalho de forma qualificada, mas ainda permanece o distanciamento do princípio de igualdade tratado na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Os resultados mostram que a participação, neste projeto, foi primordial para que esse grupo permanecesse e concluísse a educação superior, bem como demonstram que de forma indireta e direta, o projeto provocou mudanças na forma de pensar e compreender o que vem a ser uma ação afirmativa e como ela pode ser um diferencial na vida das pessoas que foram contempladas por ele.

O trabalho “Vozes de Mulheres Negras sob o impacto de Ações Afirmativas em Educação” traz o estudo de vozes de mulheres negras sob o impacto da educação afirmativa produzido nos pré-vestibulares para negras e negros. Como resultados aponta-se para pedagogia antirracista, subsidiada por uma concepção de currículo, que tem como foco a formação integral, da

identificação, da história de vida pessoal e social das populações negras, articulação entre teoria e prática de vida cotidiana, reforçando nas suas ações a educação como ação eminentemente política.

A tese “A democratização do acesso à universidade: um estudo sobre a trajetória e o desempenho de alunos cotistas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro” buscou investigar os sentimentos que permeiam os pensamentos de alunos que ingressaram na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do sistema de Cotas, e quais efeitos têm sido produzidos sobre os que dela se beneficiam. Entre as conclusões do trabalho, foi visto que mesmo com todo o esforço governamental, ainda há ajustes a serem feitos de forma a melhorar a condição do estudante cotista em nosso país.

No estudo “Ações afirmativas na UFRGS: racismo, excelência acadêmica e cultura do reconhecimento”, o autor traz como problema de pesquisa as ações afirmativas: para além de democratizar o acesso, podem desencadear uma cultura de reconhecimento no interior de uma universidade de excelência? Para esse questionamento, elaboraram-se reflexões sobre o significado e os desdobramentos das ações afirmativas nas universidades e se desenvolveram três categorias centrais de análise: racismo (sistema estrutural de desigualdades), excelência acadêmica (as bases do discurso) e cultura do reconhecimento. Como resultados aponta-se que os dados acadêmicos mostram que a UFRGS terá de encontrar alternativas qualificadas para garantir a permanência e a diplomação dos estudantes das ações afirmativas, principalmente, os de baixa renda e negros.

A tese “Políticas Públicas de ações Afirmativas na Educação Superior: Estudo de caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” teve como problemática a implementação das políticas de ações afirmativas para a população indígena, com levantamento histórico de que forma se dá e se deu o processo histórico dos 10 anos de implementação detal política da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Como resultados observa-se que a Universidade Estadual de Mato Grosso vem tentando promover mudanças não somente no sentido de acesso, mas também com atividades e ações que possam promover permanência e acompanhamento na trajetória universitária de alunos indígenas. Entre tais ações se destacam: monitorias, atividades em grupo, disciplinas optativas que contemplem a temática indígena, criação do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia.

O trabalho “Tem preto de jaleco branco? Ações afirmativas na faculdade de medicina da Universidade Federal de Alagoas” tem como ponto de partida a avaliação sobre o Programa de Ações Afirmativas, em desenvolvimento no curso de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Apontam-se como resultados a necessidade de um real investimento de novas ações no embate antirracista, priorizando incentivos nos eixos da pesquisa e extensão, e com isso, ampliar a comunicação e romper os muros ainda existentes entre Universidade e Escola, Universidade e Movimento Negro, Universidade e Mídia, Universidade e Trabalho.

No ano de 2016, foram 5 teses defendidas. O estudo “Políticas afirmativas para negros nas universidades

federais entre 2002 e 2012: processos e sentidos na UNB, UFPR e UFBA”. Como ponto de partida foram feitos os seguintes questionamentos: que sentido foi atribuído às políticas de ação afirmativa em diferentes contextos universitários? E em que medida a cultura racista, caracterizada no discurso pela defesa do mito da democracia racial e na prática social pela subalternização da população negra, impregnou o sentido das políticas de ação afirmativa? A hipótese levantada foi que tanto os discursos contrários quanto a efetivação das políticas se conformaram à dinâmica sociocultural do mito da democracia racial. Os resultados do estudo indicaram que a implantação das políticas nos três contextos universitários foi produto de típica disputa política, o que se consolidou em torno da defesa de políticas de ação afirmativa a partir de critérios socioeconômicos em detrimento da demanda do movimento negro por política de ações afirmativas a partir da diferenciação racial.

O trabalho “Expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional dos estudantes cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia”. O ponto de partida desse estudo foi analisar expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional dos cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os resultados apontam impactos positivos da política de cotas no ensino superior, pois, para além da ampliação do acesso à universidade, essa política tem permitido que a população negra possa aspirar a um futuro profissional não menos promissor do que é esperado por outros grupos étnico-raciais.

A tese “Gênero no percurso de vida dos estudantes do curso de pedagogia da UFC” teve como questão norteadora:

como a desigualdade de gênero impacta o percurso escolar do estudante de Pedagogia? Os resultados quantitativos desmentiram que a política de cotas adotada pela UFC foi uma política exitosa, pois, os alunos cotistas, de ambos os sexos, tiveram bom desempenho no curso.

O estudo “Acesso à universidade: dualismo, mérito e democratização em questão” propôs analisar o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (PIMESP), apresentado como alternativa à reserva de vagas para acesso direto de estudantes de escola pública, negros e indígenas ao ensino superior público paulista. Observa-se nas conclusões da tese o silenciamento como um dos elementos centrais nos discursos hegemônicos sobre o programa (discurso oficial, discurso institucional e discurso da mídia hegemônica), especialmente quanto às desigualdades raciais e autoria/circulação dos textos.

A tese “Política de cotas para ingresso na educação superior pública: 10 anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015)” tem como ponto de partida o estudo sobre as cotas raciais compreendendo como estratégia de democratização do acesso ao ensino superior público. As principais conclusões apontam para a reduzida produção teórica sobre o objeto investigado; o movimento negro (UNEGRO) não tem apoderamento da política de cotas da UEG; o percentual de estudantes cotistas negros que concluem a graduação é praticamente igual ao número de abandonos, desistências e jubilações; a falta de divulgação entre os docentes da UEG sobre a política de cotas promove o silenciamento acadêmico e reforça o

preconceito, estigmatizando os estudantes cotistas negros.

O ano 2017 expressa o maior quantitativo de teses sobre as ações afirmativas, apresentando 12 trabalhos. O estudo “Determinantes da equidade no ensino superior: uma análise da variabilidade dos resultados do ENADE no Desempenho de cotistas e não cotistas”, parte da problemática se existe diferença no desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas na conclusão do curso de graduação nas universidades federais da região Nordeste no Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE) de 2013 e 2014. Chega-se às seguintes conclusões que, mesmo os cotistas apresentando desempenho menor, apenas, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos cursos de Odontologia, Medicina, Farmácia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Pedagogia e Música. Sendo que o efeito das cotas é intermediado pelo nível socioeconômico dos estudantes na prova do ENADE, apontando o fator de maior impacto no desempenho acadêmico.

A tese “Dez anos de cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados”, teve como questionamento saber a trajetória acadêmica dos alunos cotistas negros na UFRGS, considerando as categorias inserção, adaptação e empoderamento. Como resultados, os percursos acadêmicos ocorrem de forma solidária entre os cotistas, possuindo dificuldades de se reconhecerem inicialmente e expressarem sua negritude, apontam para os preconceitos contra a religiosidade e sexualidade.

O estudo “Mudanças na UFRGS: diálogo com docentes dos cursos de

licenciatura em História, Letras e Pedagogia sobre Programa de Ações Afirmativas, Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER, estudantes cotistas e currículos escolares” teve como problemática o registro da percepção de seis docentes de três cursos de licenciatura: História, Letras e Pedagogia, sobre modificações ocorridas na universidade, considerando a adoção do Programa de Ações Afirmativas, inserido a partir de 2008. Observam-se como resultados a valorização das culturas africana, afro-brasileira e indígena, tendo em vista a ocupação da UFRGS por alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A tese “Desafios para permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo”, buscou investigar os diferentes desafios que podem ser enfrentados por alunos cotistas negros em relação à permanência na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *Campus São Paulo*, e foi feita com alunos dos cursos de Ciências Biomédicas, Enfermagem, Fonoaudiologia e Medicina, tendo como argumentos as desigualdades raciais vivenciadas por alunos negros em todos os níveis de ensino, os mecanismos atuantes de racismo institucional. As conclusões ressaltam que grande parte dos desafios se encontra no âmbito financeiro, como moradia, transporte, alimentação e na necessidade de ações ou programas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico, além do reconhecimento e da valorização do pertencimento racial, com espaços e instâncias dentro da universidade para encontros, discussões e apoios entre pares.

O trabalho “A política afirmativa na educação superior: contributos e dilemas do sistema de cotas da lei nº 12.711/2012” possui como foco analisar as modalidades de cotas estabelecidas pela Lei nº 12.711 de 2012, enquanto medidas de promoção da igualdade material. Como argumentos enfatiza como instrumento de acesso de grupos sub-representados na educação superior. Como conclusões nota-se que o impacto de várias políticas públicas combinadas fez com que a universidade pública se tornasse mais plural e mais representativa da realidade brasileira.

A tese “Afiliação institucional e intelectual de estudantes cotistas de cursos de alta demanda e seletividade social da universidade federal de Santa Catarina” teve como ponto de partida analisar de forma individual as trajetórias acadêmicas, desvelar as experiências vivenciadas durante a permanência na universidade. Como conclusões aponta-se a necessidade de intensificação de projetos e ações da universidade de cunho material como também psicoemocionais, que assegurem a terminalidade dos cursos frequentados.

O estudo “Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014)”, tem como foco analisar as implicações que as políticas de ação afirmativa na educação superior têm, ou não, na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiras(os) egressas(os) do sistema de cotas, no período de 2007 a 2014, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Ao final do trabalho evidencia as cotas como um direito social, um mecanismo de combate aos ciclos de desvantagens

sociorraciais e à discriminação racial possibilitando o acesso à educação superior de grupos historicamente aliçados desse espaço, a obtenção de capital cultural (diploma) possível de ser convertido em capital econômico (renda), e de uma força social para as lutas sociais, a mudança no *habitus*.

A tese “Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas afirmativas: o caso da UFMG” buscou compreender se o ingresso de maior quantitativo de estudantes negros e negras na UFMG, por meio das políticas afirmativas provocou impactos na estrutura da gestão universitária, sobretudo, nas áreas acadêmica, administrativo-burocrática e de permanência. Concluindo que mesmo com as modificações introduzidas pela atual gestão nos campos acadêmico, administrativo-burocrático e da permanência, elas ainda não apresentam a radicalidade que a política afirmativa requer da universidade.

O estudo “Políticas de ingresso na educação superior pública no Brasil: contextos, concepções, movimentos e processos seletivos em perspectiva” teve como problema de pesquisa os movimentos e tendências das políticas de ingresso da educação superior pública no Brasil, no período de 1995 a 2015, e o que eles representam, em termos de democratização desse nível de ensino. Apresentou a seguinte tese: as políticas de ingresso na educação superior, considerando o período de 1995 a 2015, fundamentam-se em uma lógica meritocrática e competitiva, porém, contraditoriamente, oferecem possibilidades para certa democratização e inclusão na educação superior pública.

O estudo “Rumo à universidade: percursos biográficos de jovens aprovados para cursos altamente seletivos da UFF” buscou compreender os percursos de formação dos jovens universitários a partir de suas vivências e experiências em cursos altamente seletivos da Universidade Federal Fluminense. Teve como argumento central que conhecer a realidade social desses jovens é condição fundamental para a formulação de práticas educacionais mais adequadas ao público que tem ingressado nas universidades públicas. Como resultados nota-se que as biografias possuem múltiplos percursos de formação e significados atribuídos pelos jovens à universidade a partir dos contextos que os conduziram à escolha do curso, das tensões e dos dilemas enfrentados no espaço acadêmico.

A tese “Indígenas estudantes nas graduações da UFRGS: movimentos de re-existência” teve como ponto de partida compreender o estar indígena universitário e como a UFRGS está se mobilizando para a presença indígena. Os dados mostraram que presença indígena nos cursos de graduação da UFRGS oferece possibilidades de autorreflexão para a instituição, sobre suas práticas pedagógicas e seu papel social.

O estudo “A democratização nos cursos de elevado prestígio social na UFPB: acesso e permanência dos estudantes cotistas” buscou analisar o processo de democratização dos cursos de elevado prestígio social, apresentando reflexões sobre os mecanismos de permanência a partir dos cotistas beneficiários. Tem como pressuposto, que as escolhas dos estudantes ainda se dão muito em função de seu capital cultural, do *habitus* de um grupo social e das suas

probabilidades de êxito futuro, bem como da estrutura geral do sistema de ensino. Como resultado, aponta-se que a democratização da educação superior pública se deu prioritariamente via carreiras consideradas como de menor prestígio social, e pela área de humanidades em particular, embora o estudo reconheça o papel da Lei de cotas na reconfiguração do perfil dos estudantes presentes nos cursos de maior prestígio.

A tese “Invisível, implícito e dissonante: percepções docentes da experiência de relações raciais à luz de políticas afirmativas em um curso de medicina”, defendida em 2018, teve como finalidade identificar os reflexos da branquitude presentes na docência de ensino superior, particularmente na Universidade Federal de Ouro Preto. As conclusões apontaram para que o padrão normalizador de raça pode afetar a compreensão de si, das e dos docentes, bem como a forma com que percebem o outro, docente ou discente, e a docência.

O texto “Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho”, defendido em 2018, teve como questionamento em que medida ter ingressado como cotista negro no Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social da UFSM, no período de 2008 a 2015, interferiu na inserção no mundo do trabalho, desses estudantes, após suas formaturas. Como conclusões destaca que para os sujeitos participantes da pesquisa a política de cotas representou um divisor de águas, mudando totalmente suas vidas.

A tese “A escolha do curso de Medicina no contexto de implementação de políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior”, defendida em 2018, teve como problema verificar a escolha pelo curso de Medicina no cenário, que é

um dos mais elitizados e concorridos dentre os cursos superiores oferecidos pelas instituições públicas do país. Os resultados apontaram que o SISU coloca os estudantes mais bem-sucedidos no ENEM em situações mais favoráveis aos concorrentes, no que se refere à escolha pelas instituições de maior prestígio e geograficamente melhor situada.

O estudo “Para Além dos Nascidos em Berço Esplêndido: narrativas docentes sobre o trabalho do professor no campo das políticas de ações afirmativas na UFMS”, defendido em 2018, teve como ponto de partida analisar o trabalho do professor no campo das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a partir do Programa de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Os resultados da pesquisa ressaltam o silenciamento para a discussão de políticas afirmativas.

O trabalho “Práticas desenvolvidas na UFPR em relação aos universitários indígenas: entre a igualdade e a equidade”, defendida em 2018, teve como argumento que as práticas desenvolvidas na UFPR, em relação aos estudantes indígenas, possuem algumas pautas afirmativas, precisando de aperfeiçoamento, para assegurar que a equidade não se limite ao acesso à universidade. Os dados apontam para a necessidade de condições concretas para a integralização dos cursos superiores.

A tese “Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras”, defendida em 2018, teve como ponto de partida investigar o processo de implementação de cotas na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal de Ouro Preto e na Universidade Federal de Viçosa. A tese permitiu concluir

que a Lei de Cotas vem demandando uma mobilização da gestão das universidades, relacionadas à sua operacionalização inaugurando um tempo novo em relação à inclusão de segmentos com histórico de exclusão nas instituições.

No texto “Meta-avaliação das políticas de cotas: um estudo de processos nas universidades estaduais paranaenses”, defendido em 2018, teve como argumento que a avaliação da política de cotas possui fragilidades por não ser realizada segundo os fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação em função da tensão política em torno das cotas. Concluiu-se que o processo de avaliação foi temido pelas instituições, notadamente pelos atores envolvidos na aprovação das políticas, não ocorrendo efetivamente pelo temor de que a avaliação fosse usada como instrumento para negação das cotas.

A tese “Da aldeia à universidade - os estudantes indígenas no diálogo de saberes tradicional e científico na UFT” teve como ponto de partida compreender a natureza dos diálogos entre os saberes acadêmicos, produzidos na UFT, e os saberes tradicionais trazidos pelos estudantes indígenas. Como argumento se defende a necessidade de mudança curricular nos cursos da UFT, a partir de uma aproximação com as comunidades indígenas. Como conclusões ressaltam que se faz necessário adaptações na universidade para melhor acolher esses estudantes, tornando-se uma política afirmativa da Universidade com o fito de realizar, com plenitude, a inclusão dessa parcela discente.

A tese “Lei de Cotas e SISU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma

de acesso às Instituições Federais”, defendida em 2018, teve como foco investigar como o SISU, articulado com a Lei de Cotas, influencia o processo de escolha dos cursos superiores, refletindo sobre as implicações para uma possível democratização da universidade. O resultado desse movimento foi uma diminuição das diferenças entre os públicos que frequentam a UFMG.

O estudo “Movimentos de democratização do acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em perspectiva longitudinal”, defendido em 2018, teve como ponto de partida analisar os perfis dos inscritos e classificados nos vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina, entre os anos de 2001 e 2015, concluindo que ocorreram movimentos de democratização do acesso para componentes de segmentos antes excluídos da universidade pública.

Em 2019 quatro teses estudaram sobre as políticas afirmativas. “A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil: balanços e perspectivas”, que teve como questão norteadora: quais são as propostas de políticas públicas para o ensino superior, presentes nas teses e dissertações, que estudaram as ações afirmativas e defendidas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil? Como conclusão principal, constatou-se que essas produções não apresentaram proposta de políticas de ações afirmativas para a educação superior, a análise epistemológica revelou que não era o objetivo da pesquisa analisada, ainda que nos resumos ou nas introduções dirigissem a interpretação dessa possibilidade.

A tese “Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais” teve como finalidade analisar as cotas para negros em concursos públicos para os cargos de docentes nas universidades federais brasileiras. A hipótese de tese é a de que essa Lei Federal tem problemas de efetividade, demandando ações para o alcance de seus propósitos. Conclui-se que os resultados obtidos demonstram que a Lei de Cotas Raciais nº 12.990/2014, embora possua como intento principal a inserção de pessoas negras no serviço público federal, na busca pela igualdade de oportunidades para todos, não tem se concretizado como deveria por encontrar limitações em sua aplicabilidade por parte das universidades, no tocante à organização e oferta de vagas nos editais.

O estudo “Ações afirmativas e equidade formativa na Universidade Federal da Bahia: um estudo sobre ações gestoras no ensino, na pesquisa e na extensão” teve como ponto de partida analisar a relação entre equidade e as ações gestoras desenvolvidas pela UFBA no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, considerando-se a existência de alunos cotistas e não cotistas. Chegou-se à conclusão que sem a inclusão efetiva do princípio ético da equidade social no âmbito das atividades acadêmicas desenvolvidas na UFBA, a equidade formativa não passará de utopia.

Na tese “Políticas públicas de ação afirmativa: possibilidades decoloniais no Ensino Superior”, buscou-se analisar as políticas públicas de ação afirmativa e seu efeito em duas universidades públicas, tendo como hipótese que políticas afirmativas, principalmente as de inclusão, como é o caso da Lei nº 12.711/12, ao

possibilitar o ingresso de grupos antes excluídos do espaço acadêmico, enriquecem as dinâmicas formativas e de sociabilidades dentro da universidade. Chegou-se à conclusão que as ações afirmativas contribuem para os saberes decoloniais e sua discussão.

O estudo “Trajetórias de professoras negras: educação, gênero e raça” defendido em 2020, teve como questão norteadora como as egressas cotistas do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG-Belo Horizonte se construíram como professoras e lidam com a temática da interseccionalidade entre gênero e raça no espaço da sala de aula. Os dados e análises do estudo apontam que as mulheres que alcançaram o sucesso

escolar demonstram, em suas narrativas, que contribuem para uma educação antirracista.

Por fim, a tese “A emergência do discurso da branquitude na legislação brasileira: racismo e educação”, defendida em 2020, buscou analisar e problematizar as condições relacionadas à emergência do discurso da branquitude na legislação antirracista brasileira, concluindo que o discurso da branquitude se materializa em textos e falas (ditas e não ditas), ele produz práticas sociais, gera debate e subjetiva os sujeitos sobre os seus pressupostos.

Quadro 1 - Síntese das teses defendidas sobre cotas 2014 a 2020

TÍTULO DA TESE	AUTOR (A)	IES/ ANO	LINHA DE PESQUISA	PROCEDIMENTOS CATEGORIAS TEÓRICO/ METODOLÓGICO
Raça e classe nos programas de cotas e ou reserva de vagas para ingresso no ensino superior público brasileiro	Marcelo Siqueira de Jesus	UFF/ 2014	Diversidade, desigualdades sociais e educação	O banco de teses não disponibilizou o trabalho inteiro.
Por trás dos muros da universidade: representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre estudantes cotistas da UFES	Maria Cristina F. A. Guasti	UFES/ 2014	Diversidade e práticas educativas inclusivas	Teoria das representações sociais (SÁ,1998), Entrevista (GIL, 2009), Análise de conteúdo (BARDIN, 1977).
Os “intrusos” e os “outros” quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012	Sérgio Pereira dos Santos Gonçalves	UFES/ 2014	Diversidade e práticas educativas inclusivas	Reconhecimento (FRASER, 2006), Raça (GUIMARÃES, 2009), Método dialético (DEMO, 2009).
Educação superior, política de cotas e jovens: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro	Cláudia Valente Cavalcante	PUC/GO 2014	Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura	Permanência (SANTOS, 2009), Capital cultural (BOURDIEU, 1983).
Desigualdades, direitos humanos e ações afirmativas: história e revelações do programa UFGINCLUI	Daura Rios Pedroso Hamú	PUC/GO 2014	Educação, Sociedade e Cultura	Educação superior (SGUISSARDI, 2000), Habitus (BOURDIEU,1983) Estudo de caso (LÜDKE;

GOIÂNIA				ANDRÉ, 1986) Entrevista (BOGDAN; BIKLEN, 1994).
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas	Kelly Joziany de Mendonça	UFRGS 2014	Educação, Culturas e Humanidade	Justiça com equidade (RALWS, 2003), Habitus (BOURDIEU, 1983) Quanti-qualitativa (RICHARDSON, 1989).
Política de educação superior e ações afirmativas: o projeto negraeva no estado de Mato Grosso do sul (2002 - 2004)	Laura Márcia Rosa dos Santos	UCDB 2015	Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente	Análise documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), Capital cultural (BOURDIEU, 1983).
Vozes de Mulheres Negras sob o impacto de Ações Afirmativas em Educação	Maria Durvalina Cerqueira Santos	UNEB 2015	Processos civilizatórios: educação, memória e pluralidade cultural	Racismo (HASENBALG; SILVA, 1990), Entrevista (GIL, 1999), Abordagem fenomenológica (MASINI, 2010).
A democratização do acesso à universidade: um estudo sobre a trajetória e o desempenho de alunos cotistas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Maria Augusta Olivieri Sá Barreto	UFF 2015	Avaliação de políticas e financiamento da educação	Democracia racial (FERNANDES, 1978); Capital cultural (BOURDIEU, 1983)
Ações afirmativas na UFRGS: racismo, excelência acadêmica e cultura do reconhecimento	Gregório Durlo Grisa	UFRGS 2015	Políticas de formação, políticas e gestão da Educação	Educação superior (SGUISSARDI, 2006), Estudo de caso (MORGADO, 2012), Entrevista (BRANDÃO, 2006).
Políticas Públicas de ações Afirmativas na Educação Superior: Estudo de caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Erika Kaneta Ferri	UNICAMP 2015	Educação e história cultural	Educação superior (SANTOS, 2009), Educação crítica (GIROUX, 1992)
Tem preto de jaleco branco? Ações afirmativas na faculdade de medicina da Universidade Federal de Alagoas	Jusciney Carvalho Santana	UFAL 2015	História e política da educação	Relações raciais e ações afirmativas (FERNANDES (1978, 1980), (MUNANGA, 1983) (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2013), Abordagem crítico transformadora (SAUL, 2001).
Políticas afirmativas para negros nas universidades federais entre 2002 – 2012: processos e sentidos na UNB, UFPR E UFBA	Jose Antônio Marçal	UFPR 2016	Relações raciais e infância na mídia brasileira: cognição social, discurso, estratégias ideológicas e Educação	Democracia racial (FERNANDES, 1978), Políticas Afirmativas (HALL, 2003), Abordagem cognitiva de política pública (MULLER; SUREL, 2002).
Expectativas, estratégias e alcances de inserção	Andreia Cardoso	UFBA 2016	Políticas e Gestão da	Relações raciais (HASENBALG, 2005),

profissional dos estudantes cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia	Silveira		educação	Políticas afirmativas (MUNANGA, 2006).
Gênero no percurso de vida dos estudantes do curso de pedagogia da UFC	Francisca Josélia Inocêncio de lima	UFCE 2016	Desenvolvimento, linguagem e educação da Criança	Gênero (LOURO, 1998), Pesquisa autobiográfica (COSTA, 1999), Pesquisa quanti-qualitativa (BITTENCOURT, 2007; DANCEY, 2006) e qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006).
Acesso à universidade: dualismo, mérito e democratização em questão	Maíra Tavares Mendes	UERJ 2016	Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura	Análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), Democracia racial (FERNANDES, 1978).
Política de cotas para ingresso na educação superior pública: 10 anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015)	Ronaldo Rosa dos Santos Júnior	PUC/GO 2016	Educação, sociedade e cultura	Capital cultural, capital econômico, capital simbólico (BOURDIEU, 2007), Método dialético (MARX, 2005), Diferenças e identidade (HALL, 2006).
Determinantes da equidade no ensino superior: uma análise da variabilidade dos resultados do ENADE no Desempenho de cotistas e não cotistas	Sheila Regina dos Santos Pereira	UFBA 2017	Educação, sociedade e Práxis Pedagógica	Ação afirmativa (MOEHLECKE, 2002), Equidade (SPOSATI, 2010), Justiça com equidade (RAWLS, 2011).
Dez anos de cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados	Eliane Almeida de Souza	UFRGS 2017	Políticas de formação, políticas e gestão da educação	Educação superior (SANTOS, 2009), Políticas afirmativas (MUNANGA, 2006).
MUDANÇAS NA UFRGS: diálogo com docentes dos cursos de licenciatura em História, Letras e Pedagogia sobre Programa de Ações Afirmativas, Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, estudantes cotistas e currículos escolares	Maria Conceição Lopes Fontoura	UFRGS 2017	Políticas de formação, políticas e gestão da educação	Entrevista compreensiva (SILVA, 2006), Capital cultural, capital econômico, capital simbólico (BOURDIEU, 2007).
Desafios para permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo	Sônia Maria Barbosa Dias	UNIFESP 2017	Didática, teorias de ensino e práticas escolares	Acesso e permanência (ZAGO, 2006), Ações afirmativas (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2001; MOEHLECKE, 2002).
A política afirmativa na educação superior: contributos e dilemas do sistema de cotas da lei nº 12.711/2012	Daniela de Melo Crosara	UFU 2017	Estado, políticas e gestão da educação	Ciclo de políticas de Ball (1994 <i>apud</i> MAINARDES, 2006), reconhecimento/redistribuição e de identidade (FRASER; HONNETH, 2003; HALL, 2014).
Afiliação institucional e intelectual de estudantes cotistas de cursos de alta	Francini Scheid Martins	UFMG 2017	Sociologia da educação: escolarização	Afiliação institucional e intelectual (COULON, 2008), Escala

demanda e seletividade social da universidade federal de Santa Catarina			e desigualdades sociais	individual (LAHIRE, 1997, 2002, 2004), Singularidades (LAHIRE, 1997, 2004).
Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014)	Ana Luisa Alves	UCDB 2017	Política, gestão e história da educação	Capital cultural e Capital econômico, (BOURDIEU, 1983). Pesquisa bibliográfica, documental e exploratória (CHIZZOTTI, 2001).
Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas afirmativas: o caso da UFMG	Yone Maria Gonzaga	UFMG 2017	Política, trabalho e formação humana	Ações afirmativas (FERES JÚNIOR, 2004), Diferença (SANTOS, 2010), Ciclo de políticas (REIS, 2010)
Políticas de ingresso na educação superior pública no Brasil: contextos, concepções, movimentos e processos seletivos em perspectiva	Jackeline Nascimento Noronha da Luz	UFG 2017	Estado, políticas e história da educação	Democratização (COUTINHO, 2002, 2008), Seleção, classificação, igualdade de oportunidades e meritocracia (DUBET, 2008; SILVA, 2006), BONETTO, 2006; BOURDIEU 1996, 1998, 2014).
Rumo à universidade: percursos biográficos de jovens aprovados para cursos altamente seletivos da UFF	Mariane Brito da Costa	UFF 2017	Diversidade, desigualdades sociais e educação	Abordagem biográfica (COULON, 1992 <i>apud</i> MOMBERGER, 2004),
Indígenas estudantes nas graduações da UFRGS: movimentos de re-existência	Michele Barcelos Doebber	UFRGS 2017	Políticas e Gestão dos Processos Educacionais	Povos indígenas (BALANDIER, 1997), Interculturalidade e Decolonialidade (WALSH, 2014).
A democratização nos cursos de elevado prestígio social na UFPB: acesso e permanência dos estudantes cotistas	Nayara Tatiana Costa	UFPB 2017	Políticas Educacionais	Capital cultural, campo e habitus (BOURDIEU, 1983), Democratização (SANTOS, 2009), Análise conteúdo de Bardin (1977).
Invisível, implícito e dissonante: percepções docentes da experiência de relações raciais à luz de políticas afirmativas em um curso de medicina	Mônica Romitelli de Queiroz	PUC/RJ 2018	Diferenças culturais e processos educativos	Relações raciais (Munanga, 2009), Abordagem qualitativa (GIL, 1999), Democratização (SANTOS, 2009).
Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho	Maria Rita Py Dutra	UFSM 2018	Práticas escolares e políticas públicas	Capital cultural e econômico (BOURDIEU, 1983), Democratização (SANTOS, 2009).
A escolha do curso de Medicina no contexto de implementação de políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior	Gustavo Meireles Ribeiro	UFMG 2018	Sociologia da educação: escolarização e desigualdades sociais	Escala individual (LAHIRE, 1997, 2002, 2004), Singularidades (LAHIRE, 1997, 2004), Capital cultural e econômico (BOURDIEU, 1983),
Para Além dos Nascidos em Berço Esplêndido: narrativas docentes sobre o trabalho do professor no campo das	Telma Romilda Duarte Vaz	UNESP 2018	Formação dos profissionais da educação, políticas	Epistemologias do sul e a ecologia de saberes (SANTOS, 2009); Pesquisa narrativa (Jovchelovich e

políticas de ações afirmativas na UFMS			educativas e escola pública	Bauer, 2002).
Práticas desenvolvidas na UFPR em relação aos universitários indígenas: entre a igualdade e a equidade	Francine Rocha	UFPR 2018	Cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano	Relações raciais (Munanga, 2009), Abordagem qualitativa (GIL, 1999), Democratização (SANTOS, 2009).
Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras	Adilson Pereira dos Santos	UFMG 2018	Sociologia da educação: escolarização e desigualdades sociais	Estudo de caso (LUDKE; ANDRE, 1986), Análise comparativo (TRIVINOS, 1987)
Meta-avaliação das políticas de cotas: um estudo de processos nas universidades estaduais paranaenses	Andreliza Cristina de Souza	UFSCAR 2018	Estado, política e formação humana	Avaliação (DIAS SOBRINHO, 2002); Ciclo de políticas (BOWE; BALL; GOLD, 1992) Meta-avaliação (SCRIVEN, 2009).
Da aldeia à universidade - os estudantes indígenas no diálogo de saberes tradicional e científico na UFT	Maria Santana Ferreira dos Santos	UNB 2018	Educação ambiental e educação do campo (EAEC)	Relações raciais (MUNANGA, 2009), Análise de conteúdo Bardin (1977).
Lei de Cotas e Sisuv: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais.	Brescia Franca Nonato	UFMG 2018	Sociologia da educação: escolarização e desigualdades sociais	Capital cultural e econômico (BOURDIEU, 1983), Questionário (MARCONI; LAKATOS, 2003).
Movimentos de democratização do acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em perspectiva longitudinal	Silvana Rodrigues de Souza Sato	UFSC 2018	Sociologia e História da Educação	Justiça social (DUBET, 2015), Capital cultural e econômico (BOURDIEU, 1983).
A produção do conhecimento sobre ações afirmativas nos programas de pós-graduação no Brasil: balanços e perspectivas	Emanuel Mangueira de Carvalho	UNICAMP 2019	Estado, Políticas Públicas e Educação	Análise epistemológica Sánchez Gamboa (2012), Ações Afirmativas Carvalho (2004)
Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais	Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	UFGD 2019	Educação e Diversidade	Direito, Educação e Sociologia, com base nos teóricos Dalh (2001) e Reale (2000), Severino (2000), Santos (2011) e Meirelles (2000).
Ações afirmativas e equidade formativa na Universidade Federal da Bahia: um estudo sobre ações gestoras no ensino, na pesquisa e na extensão	Jacqueline dos Santos Silva	UFBA 2019	Políticas e Gestão da Educação	Pesquisa qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2011); Ações afirmativas (FERES JÚNIOR, 2003).

Políticas públicas de ação afirmativa: possibilidades decoloniais no Ensino Superior	Mirian Lúcia Gonçalves	UNICAMP 2019	Estado, Políticas Públicas e Educação	Raça Quijano (2005); Negritude Gomes (2003); Relação Racial Munanga (2003)
Trajetórias de professoras negras: educação, gênero e raça	Kelly da Silva	UFJF 2020	Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas	Raça Bell Hooks (2013); Identidade Stuart Hall (1999)
A emergência do discurso da branquitude na legislação brasileira: racismo e educação	Marisa Fernanda da Silva Bueno	UNISC 2020	Educação, cultura e produção dos sujeitos	Branquitude Fernandes (2012); Prática discursiva (FOUCAULT, 2013).

Fonte: Elaborada pelas autoras com base no Catálogo da CAPES-Abril/2021.

No decorrer das leituras dessas teses e da apresentação do problema de pesquisa, hipóteses e resultados, pode-se afirmar que a maioria dos estudos se concentra na Lei nº 12.711, desempenho acadêmico, avaliação da implementação de políticas afirmativas, recorte indígena, negro ou de gênero, democratização da educação superior, ingresso no mercado de trabalho. Constatou-se que os estudos do campo da educação entre os anos 2014 e 2020 não apresentam pesquisas que falem sobre as ações afirmativas na pós-graduação. Percebe-se que o crescimento de teses, deu-se ligado a aprovação de leis estaduais e a Lei 12.711 de 2012, considerando o período de quatro anos para a defesa de tese, assim o contexto histórico e político incentivou o quantitativo de pesquisas sobre políticas afirmativas.

Outro dado que a maioria das teses trata de estudos de casos em universidades, como lacunas na temática de cotas: aponta-se o estudo do ingresso das pessoas com deficiência através das ações afirmativas, políticas de assistência

estudantil e cotas, evasão e ações afirmativas, que podem ser pesquisadas posteriormente por outros pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuições dessa revisão de literatura, observa-se a leitura sobre a educação superior, democratização, expansão do acesso, políticas afirmativas. Assim a leitura dessas teses auxiliou no encontro de livros, artigos e ensaios. Propiciou uma leitura mais aprofundada das categorias: ações afirmativas e cotas. Dessa forma, tem-se como norte que o estudo em tela contribui ao avanço da construção de saberes, no tocante à identificação de como está se processando a adoção de cotas e as políticas afirmativas a partir dos trabalhos acadêmicos de teses.

Diante do exposto e das sugestões para outros estudos, ressaltamos a avaliação da política de cotas, o acompanhamento das taxas de conclusão de curso e de evasão dos alunos cotistas, bem como o debate sobre ações

afirmativas voltadas para a pós-graduação nas universidades, públicas e particulares. Acredita-se que se conseguiu apresentar algumas lacunas para o avanço na produção do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Buscando Rigor e Qualidade. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 51–64, 1995.
- BRASIL. **Lei Nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012a. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 out. 2019.
- BALL, S. J. **Educational reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1992.
- BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora, 2010.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 238–67, Campinas, ago. 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política e Sociedade**, v. 10, n. 16, abr. 2011.
- GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 360–371, jul./set. 2020. (Ensaio Seção Temática Raça e Cultura).
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- ROSA, A. A.; FONSECA, M. A política de inclusão social na educação superior: a nova Lei de Cotas nas instituições federais de ensino. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). **Expansão e avaliação da educação superior**: diferentes cenários e vozes. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 133–150.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Sociologia jurídica crítica**: para un nuevo sentido común en el derecho. Bogotá: Ilsa, 2009.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: MEC/Secad, 2011. p. 141–163.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências**

sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1989.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.